

REVISTA DE
HISTÓRIA

FFLCH-USP
1999

O USO DAS NARRATIVAS PESSOAIS EM CINCO LIVROS SOBRE A DITADURA MILITAR

D'ARAÚJO, M. C. & CASTRO, C. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997. 508p.

FREIRE, A. Almada, I. e GRANVILLE PONCE, J.A. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997. 519p.

CARVALHO, L.M. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998. 484p.

NADER, A.B. *Autênticos do MDB: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 398p.

COUTO, R. C. *Memória Viva do Regime Militar - Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 391p.

O *coup d'état* político-militar de 1964 situou-se na convergência de interesses políticos e econômicos que articulados em combinações às vezes transitórias mas normalmente estáveis e duradouras formaram a base do controle político das Forças Armadas. Além do suporte de setores empresariais e de frações da sociedade civil, o governo militar dependeu ainda, para conservar o poder, de ampla e abrangente rede de segurança que se fez de maneira processual e em relação às variações da resistência, abarcando de sub-

reptícios mecanismos de censura a ações de extermínio de terroristas políticos.

As violações sancionadas dos direitos humanos, a formação de soldados na *US Army School I*, as operações militares articuladas, entre outros modos de ação comuns, aproximaram a ditadura brasileira às congêneres e coetâneas ditaduras latino-americanas. Ela se diferenciou, entretanto, mantendo várias instituições democráticas, ainda que quase sempre reduzidas a seus aspectos estritamente formais. Os

militares brasileiros e seus aliados civis conduziram acima de tudo processos de distensão e de abertura política que estabeleceram limites estreitos tanto para a transição democrática quanto para a revisão do Estado autoritário.

A punição dos responsáveis pelas prisões arbitrárias, desaparecimentos, ações terroristas e torturas circunscreveu-se ao espaço cercado pelas estratégias oficiais (como a Lei de Anistia de 1979). As identidades dos cúmplices, parceiros e aliados da ditadura puderam ser refeitas sob a densa névoa que desceu sobre o “colaboracionismo”, assim como suas imagens, dissociadas do passado, especialmente no que dizia respeito às ações mais espúrias, como as delações. Mas talvez nada tenha contribuído tanto para o fato de que a sociedade tenha tomado tão pouca consciência do fenômeno autoritário do que a recriação, se não manutenção dos padrões sociais e políticos estabelecidos.

A lealdade da Nova República às políticas públicas elitistas do Estado autoritário evidencia-se, por exemplo, nas condições para educação pública à disposição dos mais pobres. Elas são sempre inferiores comparadas às das classes médias. A idéia de educar o cidadão crítico e ético faz parte dos parâmetros curriculares, porém, o quê e como as crianças e adolescentes estão aprendendo nas escolas públicas? Elas estão sendo de fato formadas? Como a escola marca suas vidas? As experiências escolares frustrantes sobretudo dos alunos mais pobres desvelam a face da exclusão social e cultural, como demonstram eloquentemente as pesquisas de Maria Helena Souza Patto.

As evidências são inúmeras de que mais de quinze anos de democracia não representaram a efetiva incorporação dos valores democráticos e de uma visão consciente de direitos civis como contraponto aos modos de ação e de sustentação ideológica autoritários. Por exemplo, amplos setores da sociedade aceitam explícita ou implicitamente as violações dos direitos humanos mais elementares dos prisioneiros, inclusive tortura. A ampliação do conhecimento so-

bre o fenômeno autoritário e a propagação das narrativas pessoais de suas vítimas não modificaram o fato de que muitos cidadãos compartilham visões positivas de “quando os militares estavam no poder”, porque então havia mais segurança e mais emprego e não “falta de respeito” e “falatório sobre direitos humanos”.

As memórias sociais de setores da sociedade (como das frações da classe média urbana inclinadas ao conservadorismo de direita) parecem que não estão sendo essencialmente afetadas pelas revisões históricas e testemunhos críticos. A impermeabilidade se repete nos mais pobres e menos instruídos, normalmente naqueles que não estão em contato com sindicatos, CEBs e outras instâncias de formação. A sentença “país sem memória” faz-se permanentemente audível mas normalmente não se diz quem são os “desmemoriados”. A compreensão dos silêncios e dos esquecimentos não é possível se o referencial é genérico demais (como sociedade, classe social), uma vez que eles só são parcialmente entendidos no estudo das representações específicas sobre o passado manifestas nas relações entre cultura, inserção social e idiosincrasias subjetivas.

O fato é que a disputa pela memória e pela construção da história da ditadura militar (duas coisas diferentes mas que se relacionam intimamente) é capaz de suscitar paixões e embates ideológicos apenas no âmbito de certos meios militares, políticos e acadêmicos, além dos setores mais politizados da sociedade. O debate não inclui e considera os pontos de vista de vários grupos e indivíduos (como aqueles que não estiveram envolvidos diretamente em circunstâncias de conflito político e tantos outros que não estão contemplados na memória histórica do período). A idéia de “país sem memória” ainda precisa ser contrastada à economia da memória de um país em que a desigualdade social e cultural se manifesta intensamente.

Ainda que políticos, intelectuais e empresários “colaboracionistas” detenham enorme poder no país (e os primeiros conservam seu poder pelos votos por

meio dos quais são eleitos e reeleitos), torturadores e cúmplices diretos dos órgãos de segurança têm sido identificados (a duras penas) por intermédio da ação dos ativistas dos direitos humanos e das próprias vítimas das violações e levados, se não ao banco dos réus, ao ostracismo, assim como afastados de funções públicas e impedidos de aceitar cargos e promoções. Não é só pela ação concreta, todavia, que o silêncio sobre o passado é quebrado e o véu do esquecimento, afastado. Para certos indivíduos e grupos, o país não só tem memória, como a busca e a fixação da “memória verdadeira” encontra-se no centro de uma disputa que, na esteira dos 30 anos do Ato Institucional nº 5, se reacende e torna-se explícita nas narrativas pessoais em que se baseiam os cinco livros resenhados.

Essas narrativas são freqüentemente textualizações de entrevistas orais e normalmente vêm sendo usadas sem que se considere suas peculiaridades, assim como são apresentadas enquanto produtos de processos de elaboração objetivos que, definitivamente, elas não são. Boa parte dos entrevistados (nomes imediatamente associados ao Estado autoritário ou à oposição de esquerda) estava habituada às reminiscências estimuladas e basicamente atualizou suas versões e explicações, enquanto outros puderam falar sobre suas experiências pela primeira vez, beneficiando-se das possibilidades abertas nas abordagens de gênero e nos estudos da “história vista de baixo”. As narrativas que eles produziram estão inscritas em um debate em andamento, quer os pesquisadores que as coletaram tenham ou não consciência disso e de suas implicações teórico-metodológicas. As vozes são levantadas e os argumentos são escolhidos de acordo com as determinações do contexto histórico para explicar não só o que elas vêem como “a verdade” sobre os acontecimentos factuais, como o *por quê* da dominação e da resistência em seu sentido político, cultural e existencial.

Para todos os efeitos, elas animam uma contenda pela memória que se desdobra com os papéis inverti-

dos em relação à história: a prerrogativa da acusação cabe aos perseguidos e o ônus da justificativa recai sobre os perseguidores. Estão estes constantemente se posicionando na defensiva, precisando, em um ambiente democrático, explicar por quê fizeram o que fizeram do modo como o fizeram, enquanto que aqueles podem retirar força e carisma do fato de que, da perspectiva presente, eles lutaram do lado certo, e ainda mobilizar o sentimentalismo dos pesquisadores para sua causa. Evidentemente, é sempre mais confortável para o pesquisador falar de e com quem se identifica, assim como é mais fácil para o entrevistado falar de experiências passadas que são compatíveis com os padrões políticos e culturais do presente. O resultado é o desequilíbrio de pontos de vista.

Os militares dizem que estão perdendo a disputa no campo da memória histórica e do conhecimento histórico devido, entre outras coisas, à sua incapacidade orgânica de elaborar uma visão deles próprios como vencedores de um passado paradoxalmente conhecido e ensinado pela ótica dos vencidos. Mas não devemos relativizar a extensão da derrota no que ela respeita às memórias sociais dos cidadãos nostálgicos do tempo dos militares? A memória histórica, afinal de contas, nem sempre sobrepõe-se às memórias sociais. Enquanto estas são acervos dinâmicos de experiências e entendimentos compartilhados socialmente, aquela está em ação no domínio das visões hegemônicas, da história oficial, dos monumentos; é concentradora de poder e identificada à verdade, ao que realmente aconteceu. Livros como *Ernesto Geisel* e os demais aqui resenhados são, pelos entrevistados, endereçados à sua construção, consciente ou inconscientemente. Para eles, está menos em questão o modo como suas narrativas serão interpretadas e analisadas cientificamente do que a construção de uma identidade e de uma verdade baseadas na autoridade da experiência, resgatadas à memória.

As narrativas pessoais não são construídas enquanto “uma” memória, mas como “a” memória. Elas, entretanto, não o são. Elas são artefatos de cir-

cunhâncias temporais e espaciais específicas. Experiências, eventos, pontos de vista sobre o passado não são recuperados à memória (que, de resto, é dinâmica e está sempre em construção) como coisas mortas; são reelaborados no presente conforme determinadas condições. No cadinho em que as narrativas pessoais são criadas, complexas relações sociais e culturais estão em constante movimento.

A construção da imagem e a formulação de uma verdade estão explícitas no livro *Ernesto Geisel* (embora os autores não tratem da questão). Está lá, resultado de cuidadosa elaboração, o “austero general da distensão”. Disciplinado, inteligente, incansável, ele navega como um Odisseu redivivo por entre Cila (a oposição de esquerda que não lhe concedia trégua) e Caridbe (a linha dura radical das Forças Armadas) para conduzir o país à normalidade da democracia relativa. A história de vida de Geisel não é, entretanto, o “resgate da memória”, como se deixa a entender. Ao invés de cápsulas resgatadas de informações e de pontos de vista individuais e culturais, estamos recebendo um discurso altamente elaborado, co-produzido no diálogo de informante e pesquisadores e condicionado historicamente, a despeito da não existência de uma descrição razoável de seu contexto de produção. Todavia, do modo como é colocado a público – e o mais sério problema reside aí – esse livro empresta autoridade acadêmica a uma produção específica de discurso cujas engrenagens não estão suficientemente claras (as fotografias e a divisão dos capítulos reafirmam a narrativa do entrevistado, como e por quem elas foram escolhidas?).

Tiradentes, um presídio da ditadura, situa-se, política e ideologicamente, no lado oposto ao de *Ernesto Geisel*, mas traz deficiências semelhantes em relação ao uso e à caracterização das narrativas. Elas não são percebidas como construções narrativas produzidas no presente mas são vistas enquanto meios para a recuperação de informações sobre experiências cotidianas, de modo que importantes aspectos subjetivos subja-

centes às estruturas discursivas não são destacados e acabam perdidos. Fica em segundo plano, por exemplo, o fato de que experiências compartilhadas pelos presos políticos são contadas de maneiras diferentes (provavelmente em função das lealdades políticas passadas e presentes).

O ponto alto do livro é o espaço aberto também às falas das pessoas comuns, escapando-se aos enquadramentos dos porta-vozes oficiais da esquerda. Nas narrativas pessoais, uma imagem recorrente é a do presídio como uma ilha de naufragos que se recuperam, física e psicologicamente, de uma tempestade furiosa. Por mais difícil que fosse a vida como prisioneiro (os depoimentos não deixam dúvidas a respeito), a institucionalização normalmente significava o fim da fase das torturas e a retomada do contato com os amigos e com a família. Ela também trazia a relativa segurança advinda da visibilidade pública e da defesa jurídica. As narrativas são a razão de existência do livro que é completado com uma seção dedicada à iconografia da prisão e à produção material dos detidos (curiosamente denominada “Memória Material”), e com uma série bem articulada de ensaios e artigos nos quais são discutidas as situações vividas no encarceramento e suas consequências psicológicas.

Enquanto mais um jornalista escrevendo história, Maklouf Carvalho explora o filão das entrevistas em *Mulheres que foram à luta armada*. Baseando-se tanto nas entrevistas que realizou, quanto na documentação escrita, evita o maniqueísmo e o sentimentalismo, porém, abusa dos recursos de suspense típicos dos livros de detetive para contar casos que considera mais sensacionais. As narrativas das mulheres, ordenadas cronológica e tematicamente, estão agrupadas pela filiação às organizações da esquerda armada. As histórias de vida apresentadas são comoventes e contém informações significantes, entretanto, não há reflexão sobre o processo de rememoração e sobre a produção das entrevistas que são usadas como evidências concretas para a reconstrução do passado.

Em *Memória viva do regime militar*, estão compiladas as entrevistas realizadas por Ronaldo Costa Couto. A apresentação na íntegra das entrevistas (normalmente aparecem os fragmentos das conversas) é aspecto positivo. Ainda que elas sejam identificadas como “documentos de história oral”, procedimentos técnicos, metodológicos e teóricos usados para a realização e a transcrição não são apresentados. A disputa pela memória é mais do que evidente quando comparamos as narrativas de nomes centrais do governo militar (os presidentes João Figueiredo e Ernesto Geisel e os ministros Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, entre outros) e da oposição (como José Genoíno e Dom Luciano Mendes de Almeida). Elas sustentam uma contenda peculiar na qual elas buscam explicar as ações tomadas normalmente como reação e não como antecipação ou causa.

Autênticos do MDB, de Ana Beatriz Nader é, dos cinco livros sob registro, o que mais procura explicar os métodos de trabalho para a realização e transcrição das entrevistas nas quais se baseia. Também não usa despercebidamente o termo “memória”, de difícil compreensão e não considera as narrativas como “memórias vivas”, mas enquanto construções discursivas que carregam as marcas do processo de interação subjetiva entre pesquisador e informante no qual são concebidas. É de destacar a visita a um lado ambíguo da resistência – o da “oposição consentida” – quando o movimento mais comum é procurar os extremos, tanto da resistência (os que foram à luta armada) quanto da situação (os militares “linha-dura” dos órgãos de segurança).

As histórias de vida de 17 dos 23 deputados federais “autênticos” são apresentadas. Eles conceberam um documento de antecandidatura presidencial como forma de protesto às cartas marcadas da eleição indireta de Ernesto Geisel. Em suas narrativas (textualizadas pela autora), eles se apresentam como políticos sérios que, apesar das diferenças sociais e políticas, queriam conduzir o país à democracia por vias legais. Exemplo de produção de documentos de entrevistas orais (destaque para a “história do projeto”), o livro de Nader, todavia, é tímido na hora da interpretação do caráter “ficcional” das narrativas.

Não há dúvida de que o investimento sério na documentação de experiências, cria referenciais para construir a identidade de indivíduos e grupos sociais normalmente não documentados, assim como é útil à constituição dos arquivos orais⁴. Entretanto, a apresentação e o uso de narrativas pessoais produzidas no presente como evidências do passado ou extratos resgatados da memória não se sustenta. As narrativas pessoais precisam ser vistas dentro e em relação a seu contexto de produção (como os documentos escritos, aliás), assim como precisa ser estudada sua especificidade. As questões são particularmente complexas no caso das narrativas produzidas a partir de entrevistas, envolvendo, entre outros problemas, aqueles ligados à oralidade, à textualização, e à natureza dialógica e não espontânea da documentação. Informantes não são obrigados a desconfiar da objetividade dos processos de rememoração, a discernir e compreender as diferenças e as relações entre memória, história e construção narrativa; os analistas sociais, sim.

Fábio Bezerra de Brito

Pós-graduando do Departamento de História da USP
Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral da USP -
NEHO